

**EU, MULHER INDÍGENA, NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO: DAS AÇÕES
AFIRMATIVAS E OS DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA¹**

***I, AN INDIGENOUS WOMAN, IN THE UNIVERSITY SPACE: AFFIRMATIVE
ACTION AND THE CHALLENGES OF REMAINING THERE***

Jaciely Pereira Mendes²

James Ferreira Moura Junior³

RESUMO: sou jaciely Pereira Mendes tenho 25 anos jovem indígena , filha de Francisco José Melo Mendes e Zuila Pereira Mendes. O objetivo deste trabalho é relatar minha experiência como estudante universitária indígena, evidenciando a importância das políticas públicas na promoção da equidade e inclusão educacional, reconhecendo que é a partir das ações afirmativas que decorrem a entrada de jovens indígenas em universidades. Para isso, a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é qualitativa, tendo como método a autoetnografia. O ingresso no ensino superior não garante a permanência e muito menos a conclusão de um curso, sendo que o/a estudante indígena vivencia experiências que fragilizam sua saúde mental, deste modo, é preciso que a universidade crie mecanismos que acolham os/as estudantes, promovendo ações que reduzam os riscos recorrentes de Transtornos Psicológicos durante a estadia na universidade.

Palavras-chave: Autoetnografia; Ações Afirmativas; Saúde mental Indígenas; Universidade.

ABSTRACT: The aim of this article is to describe the importance of public policies for indigenous peoples, recognising that it is through affirmative action that young indigenous people can enter universities. To this end, the methodology used to develop the research is qualitative, using autoethnography as the method. The study presents the challenges faced by an indigenous student to remain in higher education, far from her family and indigenous community. Admission to higher education does not guarantee permanence, let alone the completion of a course, and indigenous students have experiences that weaken their mental health, so the university needs to create mechanisms that welcome students, promoting actions that reduce the recurring risks of Psychological Disorders during their stay at university.

Keywords: Autoethnography; Affirmative action; Indigenous mental health; University.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Sociologia, vinculado ao Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

² Estudante do Curso de Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). cyelymendes@outlook.com

³ Professor Orientador. Docente no Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). james.mourajr@unilab.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa mostrar a importância das políticas públicas para a população indígena na universidade e conseqüentemente, as vivências e adaptações no espaço acadêmico, evidenciando este local como um grande fator de risco para o surgimento de problemas referentes à saúde mental. Para isso, a metodologia da pesquisa empregada é a pesquisa qualitativa, tendo como método a autobiografia.

As políticas de ações afirmativas (Lei Federal n.º 12.711/2012), contribuíram significativamente para a entrada de novos estudantes indígenas nas universidades, porém, é pertinente ressaltar que a lei não põe termo aos desafios que nossa efetiva presença indígena nesses espaços impõe, pois ela apenas garante nosso direito formal ao acesso ao ensino superior, não nossa permanência plena."

Neste contexto, temos como ambiente de parte da pesquisa a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), espaço este criado a partir das "demandas formuladas pelos movimentos sociais, especialmente o movimento negro brasileiro." (Souza; Malomalo, 2016, p. 259)." A UNILAB, desenvolvi políticas de ações afirmativas e atualmente faço parte de um corpo estudantil O Coletivo de Estudantes Indígenas da UNILAB (COESI), fundado em 2018, é uma iniciativa que visa fortalecer a representatividade e promover a permanência de estudantes indígenas na instituição. Composto por representantes de nove povos indígenas, o COESI agrega cerca de 150 membros matriculados em cursos de graduação e pós-graduação, consolidando-se como um espaço de resistência e empoderamento indígena no ensino superior.

É importante ressaltar que, por um curto período, a universidade ofereceu à nossa comunidade um edital específico para estudantes indígenas, reafirmando nossa presença no Ceará e facilitando nossa entrada. Infelizmente, o edital não foi continuado, substituído pelo SISU Ações Afirmativas."

Mesmo que o processo abranja outras categorias que também são vulneráveis, Como parte de grupos subrepresentados (povos de comunidades tradicionais, população trans, etc.) que lutam pelo ingresso no ensino superior, percebo que a descontinuidade de um processo único para o ingresso dos povos indígenas demonstra as problemáticas que enfrento para garantir a execução das políticas de ações afirmativas.

Meu ingresso no ensino superior é um espaço de afirmação e existência, e as universidades são minhas aliadas nessa jornada de reafirmação. Portanto, a presença dos/as indígenas na universidade é um processo coletivo que representa os anseios e os objetivos da aldeia, pois a partir do momento que ele/a adentra esse ambiente, e ao se identifica como pertencente a comunidade tradicional, esta pertença vem carregada de responsabilidades.

Responsabilidade com minha família e meu povo, povo Kanindé de aratuba, minha formação acadêmica transcende o individualismo. Busco contribuir para o desenvolvimento da minha comunidade, refletindo a confiança depositada pelas nossas lideranças. Assim, assumo a responsabilidade de promover a inclusão de novos membros em espaços acadêmicos “É como se o momento de trajetória na Universidade fosse uma espécie de 'missão', pois compreende-se que o ganho não é apenas individual mas principalmente da comunidade.” (Hur; Couto; Nascimento, 2018, p. 114).

E diante destas questões, acredita-se que a instituição se torna responsável diretamente para garantir uma melhor qualidade de vida no espaço universitário garantido assim a permanência e conclusão dos cursos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A implementação de escolas entre os povos originários é uma das práticas mais antigas de intervenção, desde o colonialismo no Brasil, por meio de ações educativas introduzidas pelas missões religiosas, que incluíam assim o ensino escolar nas aldeias. Tais intervenções coloniais produziram marcas de europeização e descristianização que ainda hoje é possível perceber. Somente através da nova constituição de 1988, assim fazendo surgir um novo tempo que trouxe direito aos povos indígenas, houve mudanças.

A Constituição Federal de 1988 é considerada de suma relevância para os movimento social, sejam eles indígenas, negros e na luta pelos direitos na infância. No que se refere à população indígena, ela produziu uma virada conceitual que alterou significativamente as relações do Estado com os povos indígenas. Por meios legais contidos na carta magna do País, romperam-se oficialmente com políticas de tutela e integração, reconhecendo pela primeira vez o direito, as formas de organização social dos povos originários, de suas línguas e seus costumes e dessa maneira foi garantido o direito à educação escolar diferenciada (Bonin, 2008).

Criada em 1967, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), foi responsável pelas questões educacionais dos povos indígenas até o ano de 1991, somente após este ano, a educação escolar indígena saiu da jurisdição da FUNAI e passou a ser coordenada pelo Ministério da Educação (MEC).

Ainda que não tenham sido anos fáceis, para que de fato fossem constituídas uma educação de qualidade e que de fato representasse as necessidades dos povos originários, hoje, um dos grandes desafios para as populações indígenas é o ingresso no ensino superior. Em um primeiro instante o ingresso de indígenas no ensino superior público teve dois percursos: o primeiro por meio da constituição de cursos específicos, como o Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), criado pelo MEC, para tenta suprir parcialmente as necessidades de uma formação diferenciada para professores indígenas; o segundo foi a oferta de vagas especiais ou suplementares em cursos regulares.

Vale ressaltar que as primeiras iniciativas direcionadas especificamente à oferta de vagas para indígenas em cursos regulares partiram da Universidade Estadual do Paraná (UEPR), seguida pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). No que diz respeito aos indígenas, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), em 2008 o Brasil apresentava 220 etnias diferentes, ou seja, tal heterogeneidade ia contra as ações desenvolvidas até aquele momento.

Antes da Lei Federal n.º 12.711/2012, cerca de 50 instituições de ensino superior desenvolviam políticas de ingresso de estudantes indígenas por meio de licenciaturas interculturais, ou vagas reservadas, ou suplementares, o que em boa parte garantiu o ingresso efetivo desse público nas universidades brasileiras” (Amaral, 2010, *apud* Bergamaschi; Doebber; Brito, 2018, p. 39).

Em 29 de agosto de 2012 aconteceu a promulgação da Lei n.º 12.711, a popularmente conhecida Lei de Cotas, uma política de ações afirmativas, impulsionada pela luta de movimentos sociais, regidas pela autonomia universitária e com isso, deu por encerrado a discussão quanto ao mérito da implantação de mecanismos de acesso e permanência de alunos/as autodeclarados negros e indígena nas universidades federais brasileiras, assim, instituía o caráter obrigatório da adoção de tais políticas, que anteriormente, dependiam da iniciativa de cada instituição.

Reconhecemos nossa importância no ensino superior e defendemos o estabelecimento de ações de apoio à nossa permanência, sendo importante as discussões

no cenário dessas instituições, reconhecendo que não basta ingressar, mas é preciso criar meios para permanecer e concluir o curso.

torna-se redutor considerar indiscriminadamente os casos de estudantes que têm acesso ao ensino superior como de “sucesso escolar”. Evidentemente, caberia explicitar o que se quer dizer com “sucesso escolar”. Ele representa o acesso, ou vai além para definir tanto a chamada “escolha” pelo tipo de curso quanto as condições de inserção, ou seja, de “sobrevivência” no sistema de ensino? É nesse quadro de questionamentos que me apóio para a interpretação dos resultados da minha pesquisa. (Zago, 2006, p. 228).

A permanência de um/a estudante indígena está também ligada às relações de afetividade estabelecida no percurso da inserção acadêmica, enquanto esses indivíduos constituem experiências singulares. Dentro destes percursos, existem inúmeras situações conflituosas, que em alguns casos levam estes estudantes a reprovarem ou em casos extremos. fruto da pressão do sistema excludente, quer acercar os povos originários, esses estudantes acabam por abandonar o curso por se sentirem deslocados desse espaço predominantemente regulador e homogeneizado.

Se relaciona a situações que o sujeito considera desagradável ou difícil. Pode gerar interferências negativas na qualidade de vida dos universitários e afetar o processo de formação e execução dos afazeres acadêmicos (Lopes *et al.*, 2019, *apud* Santos *et al.* 2021, p. 565).

Embora a UNILAB seja reconhecida por sua singularidade, percebemos que a universidade segue trâmites burocráticos e experiências coletivas eurocêntricas, deslocando nossas relações sociais como estudantes indígenas, Sentimos necessidade de nos adaptar à cultura local para ser aceitos, já que temos uma forma única de escrever de falar, de se vestir, de se comportar , devido isto pode levar ao silenciamento e à timidez nesse espaço.

Saúde Mental também é entendida como estar de bem consigo e com os outros. Aceitar as exigências da vida, saber lidar com as emoções positivas e também com as negativas, como: alegria/tristeza; coragem/medo; amor/ódio; serenidade/raiva; ciúmes; culpa; frustrações. Reconhecendo seus limites e buscando ajuda, quando necessário. (Braga *et al.* 2017, p. 49).

E perceptível que a transição do/da jovem que sai do ensino médio e adentra o ensino superior vem com inúmeras incertezas, ele/ela entra em um novo mundo com novas responsabilidades e escolhas, neste contexto o/a estudante indígena vivencia

questões que testam seus limites, já que muitas das vezes, estes/as estudantes sempre viveram em suas aldeias. “A vida no meio universitário é um ambiente repleto de incertezas e os problemas emocionais dos estudantes universitários são ainda maiores do que os da população em geral” (Ibrahim *et al.* 2013 *apud* Bernardelli *et al.*, 2022, p. 51), ou seja, As mudanças podem favorecer o surgimento de transtornos mentais em nós, considerando nossa vulnerabilidade.

O afastamento familiar e de sua comunidade tradicional é imediato, longe dos seus laços afetivos, os/as estudantes se tornam desprotegidos, “As dificuldades encontradas nas atividades universitárias podem influenciar o sucesso acadêmico do aluno, além de impactar suas saúdes” (Deps *et al.* 2018, *apud* Silva *et al.*, 2021, p. 564). E nestes casos, alguns estudantes encontram refúgio nas bebidas, para amenizar as frustrações vivenciadas em sua rotina acadêmica, sem a afetividade familiar, isso acaba interferindo imediatamente na produção do/a estudante no âmbito acadêmico. (Bezerra; Siquara; Abreu, 2018, *apud* Silva, 2021 *et al.*, p. 564).

A depressão é uma doença que cada vez mais está presente em nossa sociedade, sendo vista como a doença do século e que infelizmente, em decorrência da depressão, anualmente, ocorrem mais de 1 milhão de mortes por suicídio (OMS, 2012, *apud* Costa; Moreira, p. 74). No contexto universitário, muitos estudantes apresentam sintomas de depressão e ansiedade, e este são maiores do que encontrado na população em geral.

Segundo pesquisa do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE, 2011, *apud* Costa; Moreira. 75), “34,58% dos estudantes não residem com a família. Com as experiências da faculdade, morar longe do nosso núcleo familiar é um processo solitário, caso haja um problema de adaptação, causa a condição conhecida como homesickness”. Segundo o estudo, “homesickness” é um distúrbio de adaptação que mistura a ansiedade e o humor depressivo, sendo oriundos do distanciamento familiar.

A Atenção à Saúde Mental Indígena deve estar ligada à qualidade de vida, fruto do bem-estar coletivo promovido tanto por fatores sociais, quando fatores físico-biológicos. Algo que aponte para o que os povos indígenas quíchua chamam de Sumak Kawsay, os aimará chamam de Suma Qamaña e os guarani chamam de Teko Porã, ou seja o "bem-viver" que "é a proposta para que a sociedade possa recuperar as condições de sua própria produção e reprodução material e espiritual, ou seja, uma nova

visão da natureza, sem ignorar os avanços tecnológicos nem os avanços em produtividade, mas sim projetando-os no interior de um novo contrato com a natureza como parte de sua própria dinâmica, como fundamento e condição de possibilidade de sua existência no futuro". (Davos, 2010).

O Bem Viver, como explica Pablo Dávalos (2010) visa desconstruir a ideia hegemônica que temos sobre economia, crescimento econômico, a pobreza, entre tantos outros, nos ensinando que a natureza é também sujeito de Direitos, A qualidade de vida de cada indivíduo depende significativamente do contexto ambiental social e ecológico e que uma sociedade pode chegar a ser bastante tecnológica e produtiva, desde que integre a natureza na sua dinâmica interna, sendo esta reconhecida como uma parte fundamental da sociedade humana.

Nosso distanciamento familiar, ruptura de relações afetivas e sociais significativas, mudanças de cidade ou estado e adaptação a novas moradias, somados à nossa vulnerabilidade pessoal, social ou econômica, contribuem para nosso adoecimento Colaborando com isso tudo, as dificuldades na aprendizagem acabam por produzir uma situação de culpa e ansiedade e assim, desencadeando gatilhos, que acabam afetando a saúde mental desse indivíduo.

Reconhecemos a relevância e a urgência de pensarmos a universidade como espaço de produção de conhecimento, sim, mas, mais do que isso, espaço de produção de encontros, de vida, de cura. Um espaço de produção de um futuro e de uma sociedade mais plural e menos adoecida. (Carvalho *et al.*, 2020, p.138-139).

O autor afirma que, “a universidade não pode mais permitir que a esperança de adquirir conhecimento, um título ou um lugar no mercado de trabalho e status social se torne doença, podendo levar à morte.” (Carvalho, 2020, p. 141). É preciso estabelecer estratégias para acompanhar os/as estudantes no que se refere ao acompanhamento pedagógico e psicológico, mas também promover o dialogo sobre o tema no ambiente universitário, não somente com os/as estudantes, mas com toda comunidade. “Conhecimento não adoce, não mata, pelo contrário, atribui sentido à vida estimulando a convivência sadia com os outros e com a natureza.” (Carvalho *et al.*, 2020, p. 141).

Para isso, é preciso investigar a saúde mental e a qualidade de vida dos/as estudantes universitários, identificar as características sócio-demográficas e do processo

ensino-aprendizagem que poderiam estar relacionadas com o bem-estar e a qualidade de vida desses estudantes neste processo, reconhecendo, por exemplo, que os/as estudantes indígenas possuem processos diferenciados.

Ainda merece bastante atenção o fato de alguns indígenas não se adaptarem à realidade da universidade, seja por dificuldades culturais, seja por dificuldades acadêmicas. Parte daí a necessidade de avaliar se a universidade está cumprindo realmente seu papel e até perguntar: será que a Universidade está preparada para receber ou lidar com uma população tão diferenciada? (Silva; Targino; Correia, 2012, p. 112).

Para a população indígena, o contato com a natureza é de suma importância, por ser neste espaço que buscamos nos conectar com os encantados e ressignificar a trajetória enquanto ser humano pertencente de comunidade tradicional. É preciso que os valores sociais e culturais da população indígena sejam respeitados no ambiente em que este estudante possa viver bem consigo. “Há ainda muito a ser construído e desconstruído, especialmente quando nos deparamos com a complexidade de reconhecimento dos povos indígenas como cidadãos capazes de transitar entre dois mundos.” (Beltram; Felipe; Cruz, 2024, s.p.).

A cidadania de um indígena pode ser reconhecida por ações institucionais, por exemplo, no investimento em infraestrutura, na criação de locais com espaço abertos de lazer, espaço onde este estudante seja bem-vindo, não visto como um mero estudante, mas sim alguém com pertença cultural, que agora faz parte dessa cidade e assim tornando um segundo lar para ele. Deste modo, o/a indígena se reconhece tanto no seu território indígena, como no espaço da instituição ensino superior, “sem perder as suas identidades e seus conhecimentos.” (Beltram; Felipe; Cruz, 2024, s.p.).

3 MÉTODO

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da escrita de si, utilizando o método da autoetnografia, sendo esta uma pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa é considerada uma atividade que situa o observador no mundo, transformando-o em uma série de representações e significações realizadas pelos próprios sujeitos da ação. (Denzin; Lincoln, 2006). Nesse sentido, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa do mundo circundante, o que significa que os pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais,

tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que a elas conferem.

Enquanto isso, o método autoetnográfico é um gênero da etnografia, originário da antropologia e tipicamente situado em seu âmbito. A etnografia é composta por técnicas e procedimentos de coleta de dados associados a uma prática do trabalho de campo que supõe a imersão do/a pesquisador/a no contexto investigado e portanto, uma convivência com o grupo social a ele relativo (Rocha; Ecket, 2008).

A pesquisa etnográfica prevê maior aprofundamento sobre o contexto e os elementos estudados, passou a ser adotada por outras áreas do conhecimento, como a sociologia e a educação, de modo que se tornou uma possibilidade para estudos além daqueles voltados para populações indígenas, “permitindo uma compreensão mais densa e profunda dos processos que nela acontecem, tornando visíveis processos até então considerados invisíveis” (VIÉGAS, 2007, p. 105).

A etnografia tem como característica enfocar o comportamento social no cenário, a partir de dados qualitativos, no qual as observações e interpretações são feitas no contexto da totalidade das interações humanas. Tanto que, os resultados da pesquisa são interpretados com referências ao grupo ou cenário, conforme as interações no contexto social e cultural e a partir do olhar dos sujeitos participantes da pesquisa (Morreira; Caleffe, 2006).

Já a autoetnografia pode ser entendida como um método que pode ser utilizado na investigação e na escrita, a partir das próprias experiências do autor/a, a partir da descrição e análise sistemática das experiências pessoais, para compreender a experiência cultural. (Ellis, 2004 *apud* Santos, 2017).

“Autoetnografia” vem do grego: auto (self = “em si mesmo”), ethnos (nação = no sentido de “um povo ou grupo de pertencimento”) e grapho (escrever = “a forma de construção da escrita”). Assim, já na mera pesquisa da sua origem, a palavra nos remete a um tipo de fazer específico por sua forma de proceder, ou seja, refere-se à maneira de construir um relato (“escrever”), sobre um grupo de pertença (“um povo”), a partir de “si mesmo” (da ótica daquele que escreve). (Ellis, 2004, p. 218).

Neste sentido, meu objetivo é descrever sobre minhas inquietações nessa jornada, pois vivenciei diversas situações a qual dificultaram a trajetória acadêmica, no

que se refere a saúde mental, que por muitas vezes dificultou minha permanência no espaço universitário.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma instituição de ensino superior pública federal brasileira, Unilab). A instituição, instalada no município de Redenção (CE), atua em cooperação com os países de língua portuguesa da África, Redenção foi escolhida para abrigar a Unilab por ter sido a primeira cidade a abolir a escravidão, cinco anos antes da Lei Áurea. atualmente a universidade promove a inclusão através de ações afirmativas de comunidades tradicionais e povos de terreiros.

Nós, kanindés, somos um povo trabalhador, com destaque para nossa agricultura, que garante o sustento das nossas famílias e aldeia. Os kanindé são conhecidos por ser uma comunidade indígenas bastante organizada, a organização política dentro da aldeia é bastante notada, por ser um povo que sempre está buscando melhorias para dentro da aldeia visando o bem coletivo que sempre busca projetos para fortalecimento cultural local além de sempre trabalhar o desenvolvimento educacional dos jovens que buscam seguir carreira acadêmica, contribuindo de forma significativa na entrada dos jovens em diversos curso acadêmicos.

Ritchie (2003, *apud* Auyero, 2012), argumenta que, embora nos últimos anos tenha havido uma maior utilização dos métodos qualitativos nos estudos sobre políticas públicas, seu potencial ainda é considerado subutilizado para melhor compreensão da natureza dos problemas sob os quais as políticas sociais incidem e para avaliação dessas políticas quando implementadas. Trata-se de observar sistemas de relações que não se deixam ver facilmente; para entender a lógica dos atores políticos e da implementação de políticas públicas, é crucial reconhecer e entender este *modus operandi*.

Em síntese, esta pesquisa é qualitativa por se trata de um estudo que analisa questões referentes a importância das políticas públicas de uma universidade pública, tendo como sujeita da pesquisa, uma mulher indígena e estudante, que traz consigo as questões vividas nesse tempo, como a adaptação e mudança de seu território e relações pessoais e interpessoais, destacando questões da saúde mental no espaço universitário.

4 SER MULHER INDÍGENA E UNIVERSITÁRIA

Meu nome é Jaciely Pereira Mendes, mulher indígena, nascida no dia 13 de agosto de 1999, no município de Aratuba, que significa abundância de pássaros, em tupi, localizado no estado do Ceará. Sou filha de Francisco José Melo Mendes e Zuila Pereira Mendes, ambos agricultores.

Com 6 meses de vida fui embora de Aratuba para outra cidade, cidade está onde passei boa parte da minha infância. Porém, acabei regressando com os meus pais em julho de 2010, para a aldeia Balança, pertencente do povo Kanindé de Aratuba⁴.

A aldeia Balança, a aldeia Gameleira e o Sítio Fernandes, estão localizados a cinco quilômetros da sede de Aratuba. As três aldeias são os territórios onde habitam, a maioria dos grupos familiares que formam o povo indígena Kanindé de Aratuba. A quinze quilômetros da sede do município de Canindé, concentram as demais famílias Kanindé. segundo dados da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), no ano de 2021 éramos “entre aldeados e desaldeados aproximadamente 1.279 indígenas” (Santos; Oliveira, s.d. p. 103).

O povo Kanindé sobrevivem da caça e da agricultura familiar, além de desenvolver outras ocupações que ocorrem dentro ou fora da aldeia, como: profissionais da educação, costureiras, artesãs. Existem também alguns Kanindé que já possuem graduação no ensino superior, sejam estes das universidades públicas ou privadas. Muitos destes também passaram pela Licenciatura Intercultural Indígena das Etnias Pitaguary, Tapeba, Kanindé de Aratuba, Jenipapo-Kanindé e Anacé – LII PITAKAJÁ, ofertado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Um curso voltado para a formação específica de docentes indígenas no Ceará para atuar nas escolas públicas indígenas. Além das áreas da educação, muitos Kanindé também têm formação na área da saúde, e já ocupam espaços no polo de saúde da própria aldeia.

A Unidade Básica de Saúde Indígena (UBSI) da comunidade indígena do Kanindé foi inaugurada em 2022. Além deste, temos o Centro de Artesanato e a Associação Indígena Kanindé de Aratuba (AIKA). Sendo estes pontos de referência do povo Kanindé.

A luta pela educação e do reconhecimento da cidadania do povo Kanindé começou bem antes, temos com marco o ano de 1995, quando as lideranças do povo

⁴ O povo Kanindé estão divididos nos municípios de Canindé (sertão central) e Aratuba (serra de Baturité).

Kanindé, Cícero Pereira e José Maria Pereira dos Santos, Cacique Sotero, participaram da II Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará, que aconteceu em Maracanaú, na aldeia Santo Antônio, do povo Pitaguary. A ocasião marcou o início do processo de identificação do povo Kanindé de Aratuba, que além da familiarização com outros povos, puderam identificar as lutas existentes neste meio pelos quais já eram sentidas dentro daquela comunidade e reafirmando essa identidade e seu pertencimento étnico e cultural.

A primeira organização cultural, educacional e cultural do povo Kanindé foi através do Museu Indígena Kanindé, fundado pelo Cacique Sotero e inaugurado em 1996, na aldeia Fernandes. O espaço é utilizado para representação da memória do nosso povo e das lutas existentes da nossa terra.

Em 1999, foi iniciado um processo de ensino educacional diferenciada para o povo Kanindé, ou seja, era preciso um espaço escolar onde fosse possível o ensino da cultura, como o artesanato, a preservação da fauna e da flora da aldeia, visto que a aldeia estava localizada em uma serra extremamente preservada, era preciso que existisse um local que os/as estudantes estivessem conectados com a própria natureza.

Figura 1 – Escola indígena Manoel Francisco dos Santos



Fonte: Perfil oficial da Escola no Facebook⁵

Gradualmente, a escola foi crescendo e se escrevendo até se tornar a Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Manoel Francisco dos Santos. Não houve

⁵Disponível em:

https://www.facebook.com/escolakaninde2017?mibextid=LQQJ4d&rdid=s3jCH4ADnWwHRsq6&share_url=https%3A%2F%2Fwww.facebook.com%2Fshare%2FMD2Hp3oLWYH1taLU%2F%3Fmibextid%3DLQQJ4d Acesso em: 10.jan.2024.

rejeição dos processos educacionais tradicionais, reconhecendo que estes contribuíram para a entrada de estudantes em espaços diversos da sociedade, mas era preciso exaltar a nossa cultura, o centro do nosso conhecimento. Tanto que hoje a escola atende alunos/as do infantil até o ensino médio.

Minha jornada acadêmica, de 2011 a 2017, marcou o início da minha conexão com minha identidade étnica. No entanto, ao concluir o ensino médio, vieram os questionamentos, primeiro referente ao que farei após o término da vida escolar. Havia um desejo em mim para prosseguir os estudos, porém sempre havia uma dúvida se eu realmente conseguiria entrar em um curso superior.

Minha primeira tentativa foi o curso de Hotelaria no Instituto Federal do Ceará (IFCE) de Baturité. Para mim, seria ótimo, pois o campus fica próximo à minha cidade. Fiz a inscrição a partir da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e realizei minha inscrição através do Sistema de Seleção Unificado (SISU), no entanto, fiquei na lista de espera.

Após alguns meses em casa e sem qualquer perspectiva, recebi a informação de que a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) abriu um edital específico para povos indígenas e quilombolas. O Edital nº 14/2018 contemplava a entrada nos cursos de graduação presencial que é ofertados nos campus do Ceará e na Bahia, entre algumas opções de curso eu optei pelo curso de licenciatura em sociologia.

A escolha do curso de sociologia foi motivada a partir da vontade de estudar aquilo que eu não estudei no ensino médio, devido minha escola ser diferenciada pouco se estudava a sociologia das demais instituições de ensino, era mas voltada para questões do povo em si, além disso a escolha pela Sociologia foi influenciada pela afinidade com a Psicologia, buscando uma compreensão mais ampla das dinâmicas humanas.

Foi um momento em que surgiram muitas dúvidas, entre minhas questões estavam: será que tento essa oportunidade? E se eu não conseguir? Caso eu consiga entrar, como irei me manter em uma cidade totalmente diferente da minha, além disso longe da minha família, da qual nunca estive longe?

Entretanto, com o incentivo e o apoio dos meus pais e da minha irmã, resolvi tentar essa oportunidade. Para me apoiar, a minha irmã também resolveu se escrever neste edital. O processo foi muito complexo, pois tínhamos inúmeros documentos para dar conta. Destes, destaco: a escrita do memorial; a prova escrita e o pertencimento étnico.

Elaborar memorial descritivo com as seguintes especificações – o memorial deverá conter a identificação nominal do(a) candidato(a), ser redigido em até 03 (três) páginas e em formato livre (texto impresso ou escrito à mão, de forma legível). O memorial descritivo se constitui de um relato acerca da história de vida do/a candidato/a que contenha elementos como a trajetória escolar, a vivência em comunidade, as expectativas de ingresso na Universidade Pública e, ainda, sobre o curso pretendido e a importância dessa formação para a realidade da Comunidade Quilombola ou do Povo Indígena. (UNILAB, 2018, p. 3).

Sobre o documento de pertencimento étnico, precisei que as lideranças da minha comunidade assinassem uma declaração confirmando a minha pertença no povo Kanindé. Eles nos incentivaram a seguir essas oportunidades, mas assumimos a responsabilidade de trazer retorno à nossa comunidade e criar novas oportunidades para outros estudantes da aldeia.

Foi um processo um pouco longo de idas e vindas, tanto para a realização da prova escrita, como posteriormente, após aprovação, para a realização de pré-matrícula e depois a tão esperada matrícula. Neste percurso de ir e vir, pude notar a diversidade de pessoas existentes na universidade. Entendo o porquê de ela ser reconhecida como única e plural, reconhecendo a diversidade cultural das pessoas de outros países.

Minhas aulas iniciariam no dia 3 de julho de 2018, precisei chegar antes na cidade de Redenção e no domingo, um dia antes do meu primeiro dia de aula, me despedi dos meus pais para ir em busca dos meus sonhos. O processo de adaptação foi muito doloroso, principalmente nas primeiras semanas, pois sempre fui muito insegura, e dentro daquele espaço, todo dia eram novas vivenciadas, principalmente no que se tratava dos textos, e atividades desenvolvidas.

Os primeiros dias foram me familiarizando com o espaço e as mudanças na rotina. No início, tive que dividir aluguel com cerca de 7 pessoas, entre elas minha irmã e um primo que também passaram junto comigo. Foram dias difíceis, tive que me acostumar a dividir um espaço com pessoas que eu não conhecia. Houve momentos em que, mesmo com minha irmã ao lado, pensei em desistir.

A experiência de estudar em uma cidade distante gerou significativas instabilidades emocionais, decorrentes da separação do círculo familiar e comunitário.

A adaptação na universidade desperta inúmeras sensações, são mudanças indesejadas, que aparecem de forma imperceptíveis no início. Mudanças de humor e emoções, por expectativas criadas antecipadamente, que causam nervosismo extremo

para realizar ações rotineiras. Sintomas como coração acelerado, mãos soadas e geladas, eram comuns nos momentos de apresentação e isso dificultava minha fala.

A ansiedade se tornou um componente persistente da minha rotina diária comprometendo significativamente o meu desempenho acadêmico devido à evitação de atividades por medo do fracasso. Foram inúmeras vezes que tais situações dificultaram a minha experiência enquanto estudante universitária. Pois como afirma Allen, Leonard e Swedo (1995, *apud* Bernardelli *et al.*, 2022, p. 51), “A ansiedade pode ser definida como apreensão, tensão ou inquietação pela antecipação do perigo, cuja fonte é amplamente desconhecida ou não reconhecida”.

Isso ocorre porque a rotina dos estudantes universitários pode levar à morbidade psicológica devido a uma série de fatores, como a pressão gerada no meio acadêmico, a abundância de tempo necessária às atividades acadêmicas e às cobranças referentes a essas atividades (Elani *et al.*, 2014, *apud* Bernardelli *et al.*, 2022, p. 57).

Percebi estar com sintomas de ansiedade a partir do momento que passei a planejar em minha mente todos os meus passos, da apresentação de um trabalho até no simples fato de ter que me apresentar para a turma, em uma nova disciplina. Eram pensamentos intrusivos, que podavam meu agir até mesmo nos momentos que eu havia planejado previamente uma fala. Minhas expectativas tornavam-se fracassos, fazendo com que aquele momento fosse o fim do mundo para mim.

Foram muitas as vezes que pensei seriamente em desistir, pois a ansiedade tomava conta das minhas reações, e a rotina muitas das vezes exaustivas, sem um momento de lazer, principalmente no início do curso, estas situações me faziam sentir angustiada, não apenas naquele momento, mas ao longo do dia.

Durante meu período de vulnerabilidade emocional, procurei apoio na Divisão de Assistência à Saúde do Estudante (DIASE/UNILAB), mas infelizmente não obtive atendimento. Houve o cancelamento repentino, por fim não busquei mais pelo atendimento. Essa experiência destacou a relevância das relações interpessoais como fonte de suporte. Conheci pessoas incríveis que me ajudaram e de certa forma aliviaram no dia a dia todas as incertezas que eu tinha. Criei laços afetivos com diversos estudantes, já que a universidade é um ambiente riquíssimo e diverso, somos privilegiados de criar laços com pessoas de outros grupos sociais, de aldeias quilombolas, povos africanos e comunidade local e elas contribuíram para amenizar a falta que o seio familiar fazia.

Não bastando todos os percalços e contribuindo com os índices de ansiedade, em dezembro de 2019, foi relatado mundialmente o surto de uma doença causada pelo Coronavírus (severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 – Sars-CoV-2), iniciado na cidade de Wuhan, na China, que rapidamente tornou-se uma pandemia. A Coronavirus Disease (Covid-19) se agravou no ano de 2020 e na primeira semana de abril de 2020, o Brasil encontrava-se em Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional. O estado de transmissão comunitária foi declarado em 20 de março de 2020 pela Portaria n.º 454 (Brasil, 2020). Para conter a transmissibilidade da COVID-19, adotou-se isolamento domiciliar daqueles com sintomas respiratórios e dos residentes no mesmo endereço, ainda que assintomáticos, pelo período de catorze dias.

O período pandêmico foi extremamente difícil, pois, “Apesar da progressiva retomada da rotina diária a curto prazo, uma série de consequências da pandemia, demanda de prazos médio e longo para serem revertidas” (Wang *et al.*, 2020, p.?). Em Nesse tempo as aulas foram paralisadas, e em seguida, em 2021, voltamos a ter aulas remotas⁶.

Em virtude do fechamento das universidades, a educação mediada por tecnologias, como o Ensino à Distância (EaD), suscitou inúmeros debates sobre os rumos da educação na atualidade e no período pós-Covid, evidenciando novas oportunidades para a educação. O ensino on-line agora é uma nova rotina para muitos alunos, mas enfrenta grandes desafios, uma vez que nem todos têm acesso a esse tipo de educação, considerando a desigualdade social em muitas nações. (Rodrigues, 2020, p. 2),

Este processo desencadeou outras questões ao que se refere à saúde mental. Primeiro pelo processo de adaptação tecnológico, pois as aulas e atividades eram executadas por aparelhos digitais, em um ambiente virtual, onde os alunos assistiam às aulas em vídeo, no entanto, muitos não tinham acesso pleno de uma internet de qualidade para acompanhar as aulas ou mesmo dispunham de tecnologia (celulares compatíveis, computadores e/ou tablets). O segundo ponto se refere ao desestímulo causado pelo uso excessivo das telas ou por não conseguir acessar o conteúdo, causando também a reprovação nas componentes. Isso afetou de maneira significativa a saúde mental dos estudantes.

A pandemia contribuiu para o aumento de questões da saúde mental, que despertou em muitos estudantes a incerteza nos aspectos sociais, “Um evento como esse

⁶ Existe uma diferença entre aula remota e aula à distância (EaD). A primeira se refere à adaptabilidade necessária de um curso presencial que passa a ser ministrado virtualmente. A segunda é necessária um conjunto de componentes, que são pensados previamente, para que o conteúdo seja transmitido.

ocasiona perturbações psicológicas e sociais que afetam a capacidade de enfrentamento de toda a sociedade, em variados níveis de intensidade e propagação” (Brasil, 2020 *apud* Faro *et al.* 2020, p. 2).

Muitos estudantes foram prejudicados, pois neste período não havia perspectiva de futuro. Assim muitos não conseguiram focar em suas aulas, e ficaram atrasados, já que neste tempo as componentes eram reduzidas ou por vezes os estudantes não realizaram matrículas. No meu caso, embora matriculada, não consegui fechar as componentes de um semestre completo, me matriculando sempre em duas componentes.

Quanto à saúde mental, é importante dizer que as sequelas de uma pandemia são maiores do que o número de mortes. Os sistemas de saúde dos países entram em colapso, os profissionais de saúde ficam exaustos com as longas horas de trabalho e, além disso, o método de controle mais efetivo da doença, que é o distanciamento social, impacta consideravelmente a saúde mental da população (Brooks *et al.*, 2020 *apud* Faro, 2020, p. 3).

O período pandêmico foi um dos momentos mais delicados da minha graduação entretanto o reinício das aulas presenciais em 2022 foi um catalisador para superar obstáculos e retomar minha trajetória acadêmica, reafirmando meu compromisso com minha comunidade.

Embora a universidade busque o desenvolvimento acadêmico, ainda não conseguiu promover plenamente o bem-estar, através do bem viver dos povos indígenas, por meio da sustentabilidade no ambiente universitário, priorizando avanços tecnológicos em detrimento da qualidade de vida e do meio ambiente, atualmente se encontra devastado para construções de novos prédios, acabam esquecendo a importância de um ambiente cercado de natureza, ele se torna um local melhor para os estudantes circularem, com isso a promoção de espaços ecológicos dentro dos campus contribuiria até mesmo para aulas de componentes curriculares de inúmeros cursos ofertados pela universidade, além das vantagens para a saúde mental através da conexão com a natureza, ela reduz a ansiedade e a depressão, proporcionando uma sensação de calma e tranquilidade estimulando a criatividade e pensamentos inovadores para os estudantes.

A minha experiência acadêmica ilustra a eficácia das políticas públicas inclusivas na superação das barreiras enfrentadas pelos povos indígenas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou evidenciar a importância de políticas públicas inclusivas no ensino superior e discutir os impactos da experiência acadêmica na saúde mental dos estudantes indígenas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, utilizando o método autobiográfico, com o objetivo de compreender esses processos por meio da narrativa pessoal.

Pensar nos processos de migração e mobilidade é importante, principalmente no contexto das comunidades indígenas que precisam se deslocar das suas comunidades tradicionais em busca de melhoria para sua vida. Tendo como desafio a permanência desses estudantes, por diversas circunstâncias, como através do distanciamento familiar, questões de adaptação na nova cidade mudanças de rotina, assim tais problemáticas facilitam o desenvolvimento de transtornos psicológicos, como já ditas, e tais transtornos interferem gradualmente na produção do acadêmico.

É imperativo que as instituições universitárias implementem estratégias para melhorar a qualidade de vida dos estudantes, proporcionando assistência psicológica para mitigar o estresse e a saudade dos territórios de origem.

É preciso também que ocorra uma relação de empatia por parte dos/as docentes, reconhecendo que estes estudantes possam estar passando por problemas nos quais estão dificultando sua concentração para tal atividade. No entanto, o que se percebe é a falta de diálogo entre alunos/as e professores/as. E é exatamente por isso que a gestão universitária precisa promover o diálogo, para evitar reprovações excessivas e o abandono.

Enquanto estudantes, temos medo de perder a bolsa, sendo a única forma de se manter na universidade, por falta de auxílio da instituição, neste caso se faz necessário uma promoção da saúde mental como ferramenta para qualidade de vida dentro dessa universidade, para poderem ter essa via de mão dupla entre a gestão e o universitário onde ambos possam ganhar, já que o desempenho dos alunos é um ganho para sua universidade.

A ansiedade não é uma questão isolada, hoje ela é vista como uma doença que vem afetando milhões de pessoas ao redor do mundo e que infelizmente, foi ainda mais acelerada pelo processo pandêmico, que não nos afetou somente no que se refere à vida acadêmica, mas gerou impacto negativo em todas as áreas da vida.

É essencial que a universidade promova um ambiente que preserve a saúde psicológica dos estudantes, permitindo-lhes conciliar vida acadêmica e social.

Estudar Sociologia foi fundamental para meu crescimento profissional e pessoal, proporcionando uma compreensão profunda das dinâmicas sociais, com isso minha inserção no ensino superior configura-se como um ato de representatividade comunitária, fortalecendo a identidade e continuidade cultural do meu povo.

REFERÊNCIAS

AUYERO, Javier. Los sinuosos caminos de la etnografía política. **Revista Pléyade**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p.15-36, jul. 2012. Disponível em:

<https://www.revistapleyade.cl/index.php/OJS/article/view/201>

Acesso em: 19.mai.2024.

BELTRAME, Camila Boldrin; FELIPE, Iury da Costa; CRUZ, João Guilherme Nunes. **Mais indígenas estudantes nas universidades: o desafio de permanece**. Correio Brasiliense, Publicado em 3 de março de 2024. Disponível em:

<https://www.correiobrasiliense.com.br/opiniao/2024/03/6812016-mais-indigenas-estudantes-nas-universidades-o-desafio-de-permanecer.html> Acesso em: 10.jun.2024.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patricia Oliveira. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 99, n. 251, p.37-53, jan./abr. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dx8gDkg34fWLQw7DvCbjhzyz/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 10.fev.2024.

BERNARDELLI, Luan Vinicius; PEREIRA, Camila. BRENE, Paulo Rogério Alves. CASTORINI, Luccas Damasceno da Cunha. A ansiedade no meio universitário e sua relação com as habilidades sociais. **Avaliação, Campinas**; Sorocaba, SP, v. 27, n. 01, p. 49-67, mar. 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/c6Th7LNHGQHMH8V37KmJVZx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 10.jan.2024.

BONIN, I. T. Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor. In: BERGAMASCHI, M. A. (Org.). **Povos indígenas & educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 95-104.

BRAGA, A.L.S.; OLIVEIRA, A.G.S.; RIBAS, B.F.; CORTEZ, E.A.; MATTOS, M.M.G.R.; MARINHO, T.G.; CAVALCANTI, T.V.C.; DUTRA, V.R.D.. Promoção à saúde mental dos estudantes universitários. **Revista Pró-UniverSUS**. v. 8, n. 1, Jan./Jun. p. 48-54, 2017. Disponível em:

<https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/896/703>

BRASIL. **Portaria n.º 454 de 20 de março de 2020**. Decreto estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19). Senado, 2020. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt454-20-ms.htm#:~:text=PORTARIA%20N%C2%BA%20454%2C%20DE%2020,coronav%C3%ADrus%20\(covid%2D19\).](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt454-20-ms.htm#:~:text=PORTARIA%20N%C2%BA%20454%2C%20DE%2020,coronav%C3%ADrus%20(covid%2D19).)

Acesso em: 10.abr.2024.

BRASIL. **Lei Federal n.º 12.711/2012**. Políticas de Ações Afirmativas. Senado: Brasília: 2012.

CARVALHO, José Jorge de Carvalho; KIDOIALE, Makota; CARVALHO, Emílio Nolasco de; COSTA, Samira Lima da. Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e encontro de saberes. **Revista Sociedade e Estado**. v. 35, n. 1, Janeiro/Abril 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/se/a/yxrR4dMvNYmB3SZYTdZCVCO/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 20.jan.2024.

Costa, Marcelo de; Moreira, Yanne Barros; "Saúde mental no contexto universitário", p. 73-79 . In: Beccari, Marcos N.; Machado, Carolina Calomeno (Eds.). **Seminários sobre Ensino de Design**. v.2 n.10. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em:
<https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/saude-mental-no-contexto-universitario-24233> Acesso em: 15.mar.2024.

FARO, A.; BAHIANO, M. A.; NAKANO, T. C.; REIS, C.; SILVA, B. F. P.; VITTI, L. S. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 37, 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074> Acesso em: 20.out.2023.

HUR, Domenico Uhng; COUTO, Maria Luiza Bitencourt Silva; NASCIMENTO, Joab Silva do. Estudantes indígenas na Universidade: uma sessão de grupo operativo. **Vínculo - Revista do NESME**. v. 15, n. 2, 2018. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v15n2/v15n2a08.pdf> Acesso em: 10.jan.2024.

MOREIRA, Herivelton; CALEFFE, Luis Gonzaga. **Metodologia da Pesquisa para o Professor Pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8021683/mod_resource/content/1/Cap%203%200Classifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pesq%20MOREIRA%20e%20CALEFFE.pdf Acesso em: 20.jan.2024.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZELLI, César Augusto Barcellos. **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008. p. 1-23

RODRIGUES, Bráulio Brandão; CARDOSO, Rhaissa Rosa de Jesus; PERES, Caio Henrique Rezio; MARQUES, Fábio Ferreira. Aprendendo com o Imprevisível: Saúde Mental dos Universitários e Educação Médica na Pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira De Educação Médica**. v. 44, sup. 1, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbem/a/kN9b4V5MJQtvgyzTNBWsSZS/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 20.abr.2024.

SANTOS, Antonio Nilton Gomes dos; OLIVEIRA, Mara Rita Duarte de. Educação escolar indígena do povo Kanindé: percurso histórico de resistência. In: **Ensaio interdisciplinares em humanidades**. Organ. Gomes, Arilson dos Santos; Barboza, Edson Holanda Lima; Paiva, Geórgia Maria Feitosa e; Mello, Ivan Maia de. Rio Grande: Ed. da FURG, 2022 p. 101-117. Disponível em:
<https://mih.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2023/01/ENSAIOSInterdisciplinares.pdf>
Acesso em: 10.jan.2024.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.24.1, 2017, p.214-241.

SILVA, Anna Clara dos Santos. *et al.* Relação entre Vivência Acadêmica e Ansiedade em Estudantes Universitários. **Contextos Clínicos**. v. 14, n. 2, mai.-ago. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ccclin/v14n2/v14n2a10.pdf> Acesso em: 14.jan.2024.

SILVA, Josinaldo da; TARGINO, Nadyelle; CORRÊIA, Rilmara Araújo. Indígenas na universidade brasileira: sonho, esperança ou pesadelo? **Tempus - Actas de Saúde Coletiva**. v. 6, n. 1, p. 109-120, 2012. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1102/994> Acesso em: 20.jan.2024.

SOUZA, O. R.; MALOMALO, B. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e os desafios da integração perante o racismo contra os/as estudantes africanos/as no Ceará. **Interfaces: Brasil/Canadá**, v. 16, p. 256-293, 2016.

UNILAB. **Edital nº 14/2018, de 11 de maio de 2018**. Processo seletivo específico para quilombolas e indígenas. 2018. Disponível em: https://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/05/Edital_14_2018_Quilombolas_Indigenas-VO-2018.1_atual-11_5-1.pdf Acesso em: 19.jul.2024.

WANG, G.; ZHANG, Y.; ZHAO, J.;ZHANG, J.; JIANG, F. **Mitigate the effects of home confinement on children during the COVID-19 outbreak**. *The Lancet*, 395, p. 945-947, 2020. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30547-X](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30547-X) Acesso em: 20.abr.2024.

VIÉGAS, Lygia de Souza. Reflexões sobre a pesquisa etnográfica em Psicologia e Educação. IN: Diálogos possíveis: revista da Faculdade Social da Bahia. Salvador Ano 6, n.1, jan./jun. 2007.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: Do acesso à permanência no ensino superior: Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11. n. 32 maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqObj9sSG/?format=pdf> Acesso em: 15.fev.2024.